



ATA Nº 39/2021 – Comissão de Análise e Avaliação dos Processos de Concessão de Benefícios em Matéria Previdenciária de Complexidade – 21/10/2021 - Ata de Reunião da Comissão Previdenciária do Instituto de Previdência Social do Município de Macaé – Macaeprev, inscrito no CNPJ sob o n.º 03.567.964/0001-04, sediado à Rua Tenente Rui Lopes Ribeiro, duzentos e noventa e três, Centro, Macaé, Rio de Janeiro, realizada às dezessete horas do dia vinte e um de outubro de dois mil e vinte e um, na qual reúnem-se os membros da Comissão Previdenciária instituídos através da portaria de nomeação nº 012/2021 Macaeprev: **Adilson Gusmão dos Santos (Presidente), Carolina Quintino Teixeira Benjamin, Carolina Veronezi Cavalcante Carneiro, Daniel Barros Valdez, Hélida Marcia da Costa Mendonça Damasceno, Priscila Rosemère Bassan de Mello Vasconcellos, Rodrigo de Oliveira Cavour, Túlio Marco Castro Barreto.** Esta reunião está seguindo todos os protocolos de prevenção ao Covid-19 conforme normas da Organização Mundial da Saúde (OMS), reunião realizada de forma presencial, com espaçamento entre os membros, máscara e álcool em gel, e em conformidade ao decreto quatro de dois mil e vinte e um de doze de janeiro de dois mil e vinte e um. **ABERTURA:** Aberta a reunião foi realizada a chamada pelo Presidente Dr. Adilson Gusmão dos Santos estando presentes todos os membros. Logo após, foi tratado o seguinte tema: I – Processo Administrativo nº 311. 238/2021 referente a elaboração da minuta da Previdência Complementar. **INTRODUÇÃO:** Na condução da pauta, assumiu a palavra o presidente Dr. Adilson Gusmão que iniciou a reunião dando continuidade na elaboração do projeto de Lei Complementar na Seção II, Patrocinador. O membro **Priscila Vasconcellos** pediu a palavra para informar a todos os membros presentes que houve sua participação no XIV Congresso da AEPREMERJ, junto ao Presidente do Macaeprev Claudio de Freitas, o Diretor Previdenciário Dr. Júlio Cesar Carlos Viana e outros servidores, e que um dos temas das palestras no congresso foi “A implementação da previdência complementar” com a atuaria Karen Tressino da Lumens. Informou que a maioria dos Institutos participantes não haviam implementado ainda a previdência complementar em seus RPPS e ressaltou sobre a importância do tema. O membro **Priscila Vasconcellos** se comprometeu a disponibilizar assim que a AEPREMERJ liberar, o material utilizado na palestra. Continuando foi discutido pelos membros os seguintes pontos: 1) realizada a leitura do art. 9º pelo membro Dr. Daniel Valdez da minuta do Guia de Previdência Complementar, lembrando a todos os membros que na minuta que estamos elaborando o Art. 9º se refere ao Art. 10º tendo em vista a

1



MACAEPREV

Estado do Rio de Janeiro
Município de Macaé
Instituto de Previdência Social
Comissão de Análise e Avaliação dos Processos de
Concessão de Benefícios em Matéria
Previdenciária de Complexidade

33 criação de um artigo, no qual se transcreve: "Art. 9º. O (Ente Federativo) é o responsável
34 pelo aporte de contribuições e pelas transferências das contribuições descontadas dos seus
35 servidores ao plano de benefícios previdenciário, observado o disposto nesta Lei, no
36 convênio de adesão ou no contrato e no regulamento. § 1º As contribuições devidas pelo
37 patrocinador deverão ser pagas, de forma centralizada, pelos poderes, incluídas suas
38 autarquias e fundações, e em hipótese alguma poderão ser superiores às contribuições
39 normais dos participantes. § 2º O (Ente Federativo) será considerado inadimplente em caso
40 de descumprimento, por quaisquer dos poderes, incluídas suas autarquias e fundações, de
41 qualquer obrigação prevista no convênio de adesão ou no contrato e no regulamento do
42 plano de benefícios." Ficou mantido no art. 9º, o parágrafo 1º da referida minuta e foi
43 sugerido pelo membro **Hélida Marcia** acrescer o parágrafo 2º com a seguinte redação
44 transcrita: "Art. 10. O Município de Macaé é o responsável pelo aporte de contribuições e
45 pelas transferências das contribuições descontadas dos seus servidores ao plano de
46 benefícios previdenciário, observado o disposto nesta Lei, no convênio de adesão ou no
47 contrato e no regulamento. § 1º. As contribuições devidas pelo patrocinador deverão ser
48 pagas, de forma centralizada, pelos poderes, incluídas suas autarquias e fundações, e em
49 hipótese alguma poderão ser superiores às contribuições normais dos participantes. § 2º. Os
50 planos de benefícios previdenciários contratados em razão desta lei não poderão receber
51 aportes patronais a título de débitos pretéritos, anteriores à contratação." 2) Artigo 10 traz a
52 seguinte redação transcrita: "Art. 10. Sem prejuízo de responsabilização e das demais
53 penalidades previstas nesta Lei e na legislação aplicável, as contribuições recolhidas com
54 atraso estarão sujeitas à atualização e aos acréscimos, nos termos do regulamento do
55 respectivo plano de benefícios" e todos os membros concordaram em manter este artigo; 3)
56 O artigo 11 traz a seguinte redação transcrita: "Art. 11. Deverão estar previstas,
57 expressamente, no contrato ou no convênio de adesão ao plano de benefícios administrado
58 pela entidade de previdência complementar, cláusulas que estabeleçam no mínimo: I - a não
59 existência de solidariedade do Ente Federativo, enquanto patrocinador, em relação a outros
60 patrocinadores; instituidores, avenbaixadores; planos de benefícios e entidade de previdência
61 complementar; II - os prazos de cumprimento das obrigações pelo patrocinador e das
62 sanções previstas para os casos de atraso no envio de informações cadastrais de
63 participantes e assistidos, de pagamento ou do repasse das contribuições; III - que o valor
64 correspondente à atualização monetária e aos juros suportados pelo patrocinador por atraso

e

B

O

2

(Rmne)

X

AO



65 de pagamento ou de repasse de contribuições será revertido à conta individual do
66 participante a que se referir a contribuição em atraso; IV – eventual valor de aporte
67 financeiro, a título de adiantamento de contribuições, a ser realizado pelo Ente Federativo; V
68 – as diretrizes com relação às condições de retirada de patrocínio ou rescisão contratual e
69 transferência de gerenciamento da administração do plano de benefícios previdenciário; VI –
70 o compromisso da entidade de previdência complementar de informar a todos os
71 patrocinadores vinculados ao plano de benefícios sobre o inadimplemento de patrocinador
72 em prazo superior a noventa dias no pagamento ou repasse de contribuições ou quaisquer
73 obrigações, sem prejuízo das demais providências cabíveis". O membro Dr. Túlio Barreto
74 sugeriu que fosse colocado no final do inciso IV, o termo "se couber" e após debate, ficou
75 decidido por unanimidade, que na minuta este artigo tivesse a seguinte redação transcrita:
76 "Art. 12. Deverão estar previstas, expressamente, no contrato ou no convênio de adesão ao
77 plano de benefícios administrado pela entidade de previdência complementar, cláusulas que,
78 sem prejuízo da legislação a que se vincule o Município por ocasião da contratação,
79 estabeleçam no mínimo: I – a não existência de solidariedade do Município de Macaé,
80 enquanto patrocinador, em relação a outros patrocinadores; instituidores, averbadores;
81 planos de benefícios e entidade de previdência complementar; II – os prazos de
82 cumprimento das obrigações pelo patrocinador e pela contratada e das sanções previstas
83 para os casos de atraso no envio de informações cadastrais de participantes e assistidos, de
84 pagamento ou do repasse das contribuições, bem como de qualquer informação ou dados
85 que devam ser prestados pela empresa contratada; III – que o valor correspondente à
86 atualização monetária e aos juros suportados pelo patrocinador por atraso de pagamento ou
87 de repasse de contribuições será revertido à conta individual do participante a que se referir
88 a contribuição em atraso; IV – eventual valor de aporte financeiro, a título de adiantamento
89 de contribuições, a ser realizado pelo Ente Federativo, se couber; V – as diretrizes com
90 relação às condições de retirada de patrocínio ou rescisão contratual e transferência de
91 gerenciamento da administração do plano de benefícios previdenciário; VI – o compromisso
92 da entidade de previdência complementar de informar a todos os patrocinadores vinculados
93 ao plano de benefícios sobre o inadimplemento de patrocinador em prazo superior a noventa
94 dias no pagamento ou repasse de contribuições ou quaisquer obrigações daí oriundas, sem
95 prejuízo das demais providências cabíveis e da diligente atuação da administradora." 4) Podem se
96 Iniciada a Seção III, Participantes, que traz a seguinte redação transcrita: "Art. 12. Podem se



Estado do Rio de Janeiro
Município de Macaé
Instituto de Previdência Social
Comissão de Análise e Avaliação dos Processos de
Concessão de Benefícios em Matéria
Previdenciária de Complexidade

97 *inscrever como participantes do Plano de Benefícios todos os servidores e membros do*
98 *(Ente Federativo).” Após debate de todos, o membro Dr. Rodrigo Cavour sugeriu a*
99 *seguinte alteração do artigo: “Art. 13. Podem se inscrever como participantes do Plano de*
100 *Benefícios todos os servidores titulares de cargo efetivo do Município de Macaé que nos*
101 *termos desta lei aderirem ao RPC (NR)”, sendo que todos os membros se manifestaram de*
102 *acordo com a alteração. 5) Em debate ao art. 13 da referida minuta todos os membros*
103 *concordaram em manter todos os incisos e paragrafo conforme transrito: “Art. 14. Poderá*
104 *permanecer inscrito no respectivo plano de benefícios o participante que: I – esteja cedido a*
105 *outro órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta da União, Estados,*
106 *Distrito Federal e Municípios, inclusive suas empresas públicas e sociedades de economia*
107 *mista; II – esteja afastado ou licenciado do cargo efetivo temporariamente, com ou sem*
108 *recebimento de remuneração, inclusive para o exercício de mandato eletivo em qualquer dos*
109 *entes da federação; III – optar pelo benefício proporcional diferido ou auto patrocínio, na*
110 *forma do regulamento do plano de benefícios. §1º O regulamento do plano de benefícios*
111 *disciplinará as regras para a manutenção do custeio do plano de benefícios, observada a*
112 *legislação aplicável. §2º Havendo cessão com ônus para o cessionário subsiste a*
113 *responsabilidade do patrocinador em recolher junto ao cessionário e repassar a contribuição*
114 *ao plano de benefícios, nos mesmos níveis e condições que seriam devidos pelo*
115 *patrocinador, na forma definida no regulamento do respectivo plano. §3º Havendo cessão*
116 *com ônus para o cedente, o patrocinador arcará com a sua contribuição ao plano de*
117 *benefícios. §4º O patrocinador arcará com a sua contribuição, somente, quando o*
118 *afastamento ou a licença do cargo efetivo se der sem prejuízo do recebimento da*
119 *remuneração.” 6) O art. 14 traz a seguinte redação transrito “Art. 14. Os servidores e*
120 *membros referidos no art. 3º desta Lei, com remuneração superior ao limite máximo*
121 *estabelecido para os benefícios do Regime Geral de Previdência Social, serão*
122 *automaticamente inscritos no respectivo plano de benefícios de previdência complementar*
123 *desde a data de entrada em exercício. § 1º É facultado aos servidores e membros referidos*
124 *no caput deste artigo manifestarem a ausência de interesse em aderir ao plano de*
125 *benefícios patrocinado pelo (Ente), sendo seu silêncio ou inércia, no prazo de noventa dias*
126 *após sua inscrição automática na forma do caput deste artigo, reconhecida como aceitação*
127 *táctica à inscrição. § 2º Na hipótese de a manifestação de que trata o § 1º deste artigo ocorrer*
128 *no prazo de até noventa dias da data da inscrição automática, fica assegurado o direito à*



Estado do Rio de Janeiro
Município de Macaé
Instituto de Previdência Social
Comissão de Análise e Avaliação dos Processos de
Concessão de Benefícios em Matéria
Previdenciária de Complexidade

MACAEprev.
Processo N° 31413/2021
Fls n° 21
Rubrica JAP

129 restituição integral das contribuições vertidas, a ser paga em até sessenta dias do pedido de
130 anulação atualizadas monetariamente nos termos do regulamento. § 3º A anulação da
131 inscrição prevista no § 1º deste artigo e a restituição prevista no §2º deste artigo não
132 constituem resgate. § 4º No caso de anulação da inscrição prevista no § 1º deste artigo, a
133 contribuição aportada pelo patrocinador será devolvida à respectiva fonte pagadora no
134 mesmo prazo da devolução da contribuição aportada pelo participante. § 5º Sem prejuízo ao
135 prazo para manifestação da ausência de interesse em aderir ao plano de benefícios, fica
136 assegurado ao participante o direito de requerer, a qualquer tempo, o cancelamento de sua
137 inscrição, nos termos do regulamento do plano de benefícios." Após debate, ficou decidido
138 por unanimidade, que fosse removido os parágrafos, ficando somente o artigo, conforme
139 redação transcrita: "Art. 15. Os servidores que ingressarem no quadro efetivo municipal após
140 a publicação desta Lei poderão ser inscritos no respectivo plano de benefícios de
141 previdência complementar, devendo tal opção ser-lhe facultada no momento de sua entrega
142 de documentos junto a SEMARH e/ou sua posse e investidura, mediante assinatura do
143 competente termo de opção." **CONCLUSÃO:** Considerando todos os fatos acima expostos,
144 bem como a análise dos autos, após debates, os membros decidiram por unanimidade,
145 que na próxima reunião que se dará no dia quatro de novembro de dois mil e vinte e um, de
146 acordo com a divisão para elaboração por capítulos e seção, será analisada a seção IV para
147 ser discutida e elaborada na próxima reunião. **ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo, às
148 dezenove horas e cinco minutos, foi dada como encerrada esta reunião, na qual eu, Priscila
149 Rosemère Bassan de Mello Vasconcellos, lavrei a presente Ata sendo assinada por mim e
150 pelos demais Membros presentes que estão de acordo com a presente.

151
152
153 Adilson Guemão dos Santos

Hélida Marcia da Costa Mendonça Damasceno

154
155 Carolina Quintino Teixeira Benjamin

Priscila Rosemère B. de M. Vasconcellos

156
157 Carolina Veronezi Cavalcante Carneiro

Rodrigo de Oliveira Cavour

158
159 Daniel Barros Valdez

Túlio Marco Castro Barreto